



O TERRITÓRIO USADO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ana Cláudia Ferreira Lima

anaclaudiafs2010@hotmail.com¹

Carolina Machado Rocha Busch Pereira

carolinamachado@mail.uft.edu.br²

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa de dissertação de mestrado que se encontra em desenvolvimento, e que tem por objetivo analisar como a categoria Território Usado é articulada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação geográfica. O interesse por essa temática surgiu a partir de questionamentos envolvendo a importância da categoria Território Usado para a educação geográfica e como a BNCC inclui o estudo dessa categoria. Outra questão orientadora da reflexão é a importância de ter uma base comum para a educação brasileira e para a educação geográfica. A proposta de implementação de uma Base Curricular Nacional é fruto de um processo histórico no Brasil, que se inicia na Constituição Federal de 1988. A BNCC indica habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo de cada ano, com uma progressão de aprendizagens que permite compreender o sentido da educação geográfica proposto pelo documento para o ensino fundamental. Entender o que é Território Usado e como se articulam habilidades a partir do estudo desta categoria é tarefa necessária diante do desafio de implementação dos currículos em todo o Brasil.

Palavras-chave: Ensino, Geografia, Progressão de aprendizagens.

Introdução

O tema de pesquisa proposto para este trabalho está relacionado ao estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a categoria Território Usado. Este estudo busca analisar como a BNCC indica a categoria território usado através das habilidades. Os questionamentos tiveram início logo após a homologação da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação, quando foi identificada a menção à categoria território usado. A questão central que norteou a construção da pesquisa ampara-se em entender qual a importância da categoria Território Usado para a educação geográfica; como a BNCC inclui o estudo dessa categoria no ensino fundamental, e, o que esse documento apresenta de novo para a educação geográfica?

¹Licenciada em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia pela UFT. Bolsista Capes.

² Doutora em Geografia pela USP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins.

Como introdução na compreensão da categoria, é apropriado mencionar que o território usado é uma categoria desenvolvida por Milton Santos, compreendida como objetos e ações (SANTOS, 2014a), ou ainda, forma e conteúdo. Trata-se do uso do território, e, não do território em si.

Apresentada a questão central e norteadora da pesquisa, o objetivo do trabalho é analisar como a categoria Território Usado é articulada na BNCC com a educação geográfica, e compreender como ocorre a progressão de aprendizagens.

Pela primeira vez na história das orientações curriculares para a educação geográfica brasileira, essa categoria é apresentada como dimensão articuladora do ensino de Geografia nos anos iniciais e finais do fundamental. O estudo da categoria Território Usado está distante da realidade do professor em sala de aula, uma vez que esta categoria foi desenvolvida por Milton Santos, e apesar da relevância e importância, ainda é pouco estudada e explorada, principalmente no ensino de Geografia, desta forma nasce a necessidade e o interesse de pesquisar e entender, o que é o Território Usado? Qual a relação desta categoria com a educação geográfica?

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC³), é o primeiro documento nacional que define os conteúdos mínimos que todos os alunos do sistema público e privado de ensino no Brasil precisam aprender a cada etapa da Educação Básica. Apesar de ser conhecida pelo termo currículo, a BNCC não é um currículo escolar, é um documento norteador que determina e delimita as competências gerais, e define as habilidades e aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica (BRASIL, 2017).

A BNCC define os objetivos da aprendizagem, mas não aponta o caminho a ser seguido para o desenvolvimento das competências e habilidades, enquanto o currículo deve determinar como esses objetivos serão atingidos, qual a metodologia, recursos, avaliação, ou seja, o

³ Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Foi homologado pelo Conselho Nacional de Educação em 20 de dezembro de 2017.



currículo deve mostrar o percurso que se deve seguir para atingir os objetivos propostos pela base. Segundo Goodson (2002), o currículo é definido como um curso a ser seguido, a ser apresentado para estudo.

Desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210 prevê a criação de uma Base Nacional Comum, com a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. E que anos depois também foi reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/1996) e que também foi incorporado ao Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) está contemplada na meta 7 aprovado em 2014. Trata-se da meta que se refere à busca de ampliação da qualidade da educação brasileira.

Segundo o Ministério da Educação, a BNCC é implementada com o objetivo de dar suporte ao ensino das escolas brasileiras, e contribuir para a promoção da equidade educacional (BRASIL, 2017).

A Base estabelece os objetivos que se espera alcançar e o currículo define como alcançar os objetivos (MEC, 2017). As redes de ensino têm autonomia para elaborar ou adequar seus currículos de acordo com o que é estabelecido na BNCC, assim como as escolas têm a prerrogativa de contextualizá-los e adaptá-los aos seus projetos pedagógicos.

A Geografia na BNCC

A BNCC aponta que a Geografia “é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (BRASIL, 2017, p. 357). E ainda indica que a “educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade expresso de diferentes formas, na percepção da paisagem, na relação com os lugares vividos, na identidade cultural e ainda na consciência que o sujeito tem de sua história” (Ibidem, p. 357).

Desta forma depreende-se que a importância desse componente é compreender o mundo e atribuir sentidos a relação do homem com a natureza.

A BNCC propõe que “os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente desenvolvendo o raciocínio geográfico” (BRASIL, 2017, p. 357). E o raciocínio geográfico, segundo a BNCC é uma maneira de exercitar o pensamento espacial: mas como desenvolver essa noção de raciocínio geográfico nos alunos?

Raciocínio geográfico e Pensamento Espacial: ferramentas de ensino

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), o pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não só da Geografia, mas de outras áreas, ou seja, é interdisciplinar. Mas o que é o pensamento espacial? Qual a contribuição para a educação geográfica?

Como é um assunto relativamente novo para os estudos no Brasil, as discussões sobre esse tema são pouco comuns na Geografia brasileira. Dessa forma, para a construção teórica as referências advêm de Duarte (2016, 2017), Castellar (2017), Juliarz (2017) e Risetete (2017).

O pensamento espacial é uma habilidade cognitiva “o pensamento espacial é um conjunto de habilidades que precisam ser ensinadas de forma conjunta e interdependente com a finalidade de que a habilidade de pensar espacialmente seja ensinada como um todo” (RISETTE, 2017, p. 67).

Castellar (2017) aponta a importância do pensamento espacial para a educação geográfica, através da possibilidade de,

compreender o lugar onde vivem em várias dimensões, como também entender e reconhecer a localização dos diferentes lugares, observar e descrever paisagens para analisá-las e elaborar problemas espaciais em um mundo de múltiplas escalas e esferas espaciais, desenvolvendo análises geoespaciais (Ibdem, 220).

O pensamento espacial é complexo, requer a mobilização de habilidades que possibilite aos estudantes uma formação que assegure a compreensão de categorias geográficas importantes para ler mapas e interpretar situações do cotidiano (CASTELLAR, 2017).

O pensamento espacial é desenvolvido a partir de 3 contextos geográficos, o 1º refere-se em pensar na Geografia dos nossos espaços de vivência, o 2º contexto, pensar sobre os espaços físicos e sociais, e, o 3º contexto em pensar o espaço ou a Geografia dos nossos espaços intelectuais (DUARTE, 2016).

Além do desenvolvimento em contexto diferentes, o pensamento espacial também é composto por três elementos fundamentais que são os conceitos fundamentais, formas de representação e processos de raciocínio. A partir da mobilização desses conceitos básicos há o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Juliasz (2017) enfatiza que o desenvolvimento do pensamento espacial é necessário a mobilização do raciocínio sobre o espaço, nas relações entre as unidades de medida, as



diferentes formas de calcular a distância, os sistemas de coordenadas, é perceptível a importância desse tipo de pensamento para a Geografia, pois se faz presente nas diferentes formas de representação, que pode ser o desenho, mapa, fotografias. Dessa forma, a Geografia permite a compreensão de seus espaços a partir de seus princípios e categorias, mobilizando as habilidades do pensamento espacial e aprimorando suas análises, bem como suas representações espaciais (JULIASZ, 2017).

Pensar espacialmente inclui, entre outras características importantes, o domínio da linguagem cartográfica e a capacidade de pensar espacialmente. Como afirma Duarte (2017, p. 48) “é imperativo usar os mapas e os conhecimentos geográficos como contextos para desenvolver o pensamento espacial do mesmo modo que temos que usar esse tipo de pensamento para compreender melhor os fenômenos geográficos e suas representações espaciais”.

É preciso ressaltar que pensar espacialmente não é sinônimo de pensar geograficamente, levando em conta que o que interessa a educação geográfica são os conceitos do pensamento espacial que levam a compreensão da espacialidade dos fenômenos e processos sociais.

Ensinar a ler em Geografia significa criar condições para aguçar a observação, estabelecer conexões entre os elementos da paisagem e entender os lugares de vivência, contribuindo para ler o mundo e desenvolver a criticidade (CASTELLAR, 2017).

Mas qual o papel da Educação geográfica? Duarte (2016, p. 73) aponta o papel da Geografia na educação básica, que é “contribuir para a construção de uma perspectiva geográfica de análise da realidade, algo que poderíamos denominar como a busca pelo desenvolvimento de certo tipo de raciocínio ou de pensamento que é marcadamente geográfico”.

A BNCC aponta que o raciocínio geográfico é uma maneira de exercitar o pensamento espacial. Mas como desenvolver essa noção de raciocínio geográfico? Qual a contribuição do pensamento espacial para a educação geográfica?

O raciocínio geográfico significa entender o mundo, a vida e o cotidiano através dos conceitos desenvolvidos pelo pensamento espacial. A importância do pensamento espacial consiste no desenvolvimento de uma abordagem que leva em consideração a vivência de cada indivíduo. Como indica Duarte (2016) o pensamento espacial deve ser encarado como um eixo

horizontal do currículo, ao ajudar a compreender os problemas desenvolvidos por cada área do conhecimento.

A compreensão do mundo em que se vive mobiliza o pensamento espacial, que por sua vez, requer o desenvolvimento do raciocínio geográfico, que ocorre por meio da aplicação de determinados princípios. O pensar geoespacialmente é a mobilização do pensar espacialmente mais o pensar geograficamente (pensar uma determinada questão a partir de mobilização de conhecimentos geográficos relacionados aos paradigmas científicos da ciência, como questões relacionadas ao clima, geomorfologia, política), que possibilitará entender a dinâmica do espaço para auxiliar no planejamento das ações humanas sobre ele.

Dessa forma, Straforini (2018, p.184) explica que a utilização dessas ferramentas para a educação geográfica supera a ideia de “mera transmissão dos conteúdos geográficos de forma fragmentada, dicotomizada e superficial por um ensino que possibilite aos educandos a compreensão da organização espacial”.

Por conseguinte, compreende-se que, o ato de raciocinar ajuda a compreender as categorias geográficas para ser capaz de ler, entender e compreender o mundo. Assim, o uso da expressão raciocínio geográfico implica em pensar o ensino da Geografia na perspectiva de compreender e entender a realidade.

A Geografia enquanto disciplina escolar passou por muitas mudanças ao longo do tempo, sobretudo quando são considerados os encaminhamentos teóricos metodológicos e a finalidade escolar de se ensinar Geografia. Essas mudanças ocorrem, em parte, da influência que decorre de alterações na própria ciência geográfica, principalmente, devido às mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais ocorridas nos últimos tempos (SANTOS, L., 2013).

A prática do ensino em Geografia objetiva formar um indivíduo com consciência crítica a partir dos fenômenos existentes no espaço, do cotidiano vivenciado, usando a teoria que aprendeu em sala de aula e relacionar com as experiências vivenciadas, saindo da teoria. É compreender que o espaço está em constante modificação, e compreender qual o seu papel como ser humano neste espaço, assim despertar um olhar crítico perante as relações econômicas, políticas.

A Geografia contribui para a formação do cidadão, pois está presente no currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e sua prática é fundamental ao currículo de formação do



professor, pois é a oportunidade de viver a experiência e realizar na prática o conhecimento teórico adquirido no decorrer de sua formação acadêmica (SANTOS, L., 2013).

Compreender a realidade atual é um dos desafios para os estudantes que diariamente se deparam com novas situações, diante da complexidade do objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, em suas várias manifestações e representações. Assim, ao discutir um conceito, nesse caso o conceito de território usado, é importante identificar os elementos que o constitui, sua função como representação do real e seu valor como ferramenta intelectual de análise.

Geografia e Território Usado

Como já apontando anteriormente, a Geografia tem um papel importante, que é de proporcionar ao estudante a interpretação do mundo, através da internalização das categorias geográficas, para isso a BNCC propõe habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, e o interesse da pesquisa está em compreender como essas habilidades indicam a categoria Território Usado.

Na pesquisa realizada por Carlotto (2015) a concepção de território está longe da realidade escolar e da compreensão de muitos professores.

É possível perceber nos relatos dos entrevistados que o Território Usado ainda é pouco compreendido e debatido em sala de aula. Isso nos mostra que é necessário provocar cada vez mais o debate e a pesquisa no cotidiano escolar e universitário e a partir do Território Usado como categoria analítica escancarar as desigualdades com o objetivo de diminuí-las (CARLOTO, 2015, p.75).

O Território Usado aparece pela primeira vez em um documento norteador de currículo no Brasil. Não havia referências a essa categoria nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nem nas Diretrizes Curriculares. A BNCC afirma que Território Usado é o “espaço da ação concreta, das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias” (BRASIL, 2017, p.379).

Por muito tempo a Geografia era vista como uma ciência descritiva, não sendo suficiente para explicar as ações humanas sobre a superfície terrestre. Dessa forma, Milton Santos propõe considerar o espaço geográfico como sinônimo de território usado, pois este é resultado do processo histórico e base material e social das novas ações humanas (SANTOS, 2000).

Sendo o objeto de estudo da Geografia o espaço, como propõe Santos (2017), é importante compreender o seu conceito, que segundo o autor (SANTOS, 2017, p. 62), “nossa [...] atual definição da geografia considera que essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço”.

A geografia considerada como disciplina das localizações, posição aceita durante longo tempo, mostra-se, todavia, limitada no rol das relações que ocorrem entre o homem e o meio e, por essa razão, revela-se insuficiente.

Milton Santos em ‘O papel ativo da Geografia: um manifesto’ demonstra que é preciso considerar o espaço como sinônimo de território usado, pois tal conceituação é resultado tanto do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas (SANTOS, 2000).

O espaço geográfico é compreendido como um indissociável sistema, de objetos e sistema de ações, que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele vivem (SANTOS, M., 2013, 2017).

O espaço geográfico é uma instância social e como instância, ele não é material, é abstrato, logo ele não pode ser produzido. O espaço geográfico é mais que um palco, com essa materialidade física, passível de exame técnico e de descrição. Ele dá esse conceito abstrato. E quando o espaço se materializa, vira paisagem (SOUZA, Maria Adélia. Entrevista concedida em 25 set. 2018 via Whats App).

O território usado, segundo Santos (2017), é sinônimo de espaço geográfico, quando o espaço é historicizado pelo trabalho humano, se transforma em território usado, que é também produto das relações humanas. Um híbrido, pois agrega formas, objetos e ações, que desta forma se inter-relacionam.

A cada período da história o espaço geográfico apresenta uma realidade material, identificada com uma configuração territorial, e, essa só é passível de análise a partir de seus usos, ou seja, a partir do Território Usado (SANTOS, 1999). O espaço é dinâmico, ou seja, suas formas e funções estão em constantes transformações, a cada nova maneira de se usar o território criam-se novas formas e relações.

No início da história da Geografia, o conceito de território se referia a concepção de poder, de dominação e apropriação do Estado-Nação, no decorrer da história, a categoria Território foi adquirindo novas conotações baseadas nas linhas do pensamento geográfico com



questões simbólicas e culturais e nos novos contextos históricos, bem como no uso dos Territórios.

Assim, no decorrer da história da Geografia, a categoria Território passou a apresentar uma pluralidade de acepções pautadas em questões relacionadas ao domínio de determinada área, assim como questões associadas ao poder, cultura e identidade, e essas definições são importantes pois representam um dos aspectos estudados pela ciência geográfica, que é a materialização das relações sociais e de poder. O conceito de Território ganha novas dimensões no pensamento geográfico, assim como os contextos que inspiram suas concepções, e seu conceito passa pelas dimensões da área do poder, da cultura, da identidade, dos usos.

Esse híbrido como propõe Milton Santos (2017) coloca a materialidade do território e ações humanas juntas, sem separá-las na análise, sendo que forma e conteúdo não podem ser compreendidos separadamente, pois ajudam a compreender o mundo em constante dinâmica.

Segundo Santos o “Território são formas, mas o Território Usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2014, p. 138.). Deve-se ligar a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas. Mas não é do território em si que importa, o que cabe aqui é entender como se dão os usos do Território (SANTOS, 1999, 2006).

Quanto ao entendimento das categorias no ensino de Geografia, Cavalcanti (2011) aponta que, as categorias geográficas em sala de aula, servem ao processo de pensar.

O intuito em propor o espaço como objeto da Geografia e o Território Usado como sinônimo de Espaço Geográfico (SANTOS, 2006), é que este é base material e social de novas ações humanas, proposta totalizadora, que abarca a totalidade e não apenas uma parte do espaço e perceber as inter-relações entre os fenômenos (SANTOS et al. 2000). Pois a riqueza da Geografia está centrada em poder analisar a um só tempo como as coisas acontecem no Espaço Geográfico e dar uma unicidade a ciência, pois as relações sociais influenciam no Território.

Na definição de Santos (2014b), o espaço é um dado de definição da sociedade, quando se fala em sociedade, em geral, sem levar em consideração a forma como o Território é, corre-se o risco de não definir bem o que uma sociedade é. O espaço é definido por coisas materiais que o formam, a natureza, tudo que o homem acrescenta a natureza resulta do trabalho material histórico e da forma como isso é usado. O espaço não é só dado unicamente pela configuração

material, nem tão pouco pelo uso que lhe é conferido, mas ao conjunto das duas coisas, de objetos e ações (2013, 2014a, 2017).

Segundo Cavalcanti (2005, p. 15) “os conceitos geográficos são instrumentos básicos para a leitura do mundo do ponto de vista geográfico”. Ou seja, é importante aproximar esses conceitos do contexto de vivência de cada aluno para garantir a compreensão da totalidade que é o espaço geográfico.

Segundo Carloto (2015) “o Território Usado tem papel fundamental na compreensão e formação da sociedade brasileira”. Ainda com Carloto (2015, p. 75),

Compreender o Território Usado como categoria de análise social além de ser revelador das desigualdades sócio espaciais também inclui os homens no seu processo de constituição. Vai além da simples demarcação e exercício de poder do Estado. O uso no território se dá nos lugares. É mister compreendê-lo e praticá-lo no ensino de Geografia pelos professores da educação básica.

Dessa forma, é importante instigar os estudantes a refletir sobre os usos do território, a partir de uma questão problema, que é entender como determinada indústria se estabelece em determinado espaço, podendo até fazer uma diferenciação de como uma determinada empresa faz o uso de um determinado espaço e não de outro, quais os motivos que levaram a escolher aquele lugar e não outro, entre outras questões que podem facilitar a compreensão dos objetos e ações.

A importância da Geografia reside na leitura e no entendimento do mundo, buscando soluções aos inúmeros problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, da cidade, do estado, região, país e mundo, a partir da realidade vivenciada por cada um.

Considerações do percurso metodológico da pesquisa

Considerando que as pesquisas do Professor Milton Santos se orientavam pelo método marxista com o suporte da periodização, uma questão colocada para esta pesquisa, foi resgatar historicamente e geograficamente (temporalidades e espacialidades) a política de elaboração da BNCC, para compreender e debater a partir dos elementos que contribuíram para a homologação do documento.

O percurso metodológico adotado em uma pesquisa relaciona-se ao objeto de estudo escolhido e às intenções pretendidas. Segundo Stubbs e Delamont (apud LÜDKE; ANDRÉ,



1986), a natureza dos problemas é que determina o método a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado.

Desse modo, este estudo, cujo foco de análise são as orientações para o ensino de Geografia mencionadas na proposta da Base Nacional Comum Curricular e se insere no grupo das pesquisas documentais que contempla um enfoque exploratório-qualitativo.

Segundo Crepaldi (2009, p. 52), o objetivo da pesquisa documental é coletar, analisar e interpretar fatos, assuntos ou ideias presentes em materiais, escritos ou não, que contenham alguma informação que possa servir para consulta, estudo ou prova.

Considerações finais

O presente trabalho busca fazer uma análise de como as habilidades propostas pela BNCC indicam a categoria território usado para a educação geográfica. Como a pesquisa encontra-se em desenvolvimento não há resultados finalizados que possam ser compartilhados, mas diante das leituras realizadas, da investigação iniciada, já é possível comentar a importância que a BNCC pode vir a dar na transformação da educação geográfica uma vez que apresenta o estudo do Território Usado como categoria norteadora do pensamento geográfico.

A proposta de um documento para nortear o ensino em todo país não é recente, está presente desde a Constituição Federal, e se faz presente em outros documentos. Em parte, a ideia de uma proposta como essa decorre da busca de uma solução para os problemas relacionados as grandes disparidades no ensino brasileiro, e garantir uma homogeneidade para que as avaliações nacionais possam ser mais fidedignas ao que se estuda nas escolas.

A discussão nesta pesquisa centra-se no conceito de Território Usado, e como esta categoria está presente nas habilidades, é notória a importância dessa categoria, ao propor o espaço geográfico como sinônimo de território usado, Santos propõe que ele “seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do mundo presente, dominado pela globalização” (SOUZA, 2005, p.252).

Os próximos passos da pesquisa é analisar como ocorre a progressão de habilidades e qual a contribuição que a categoria território usado trás para a aprendizagem geográfica segundo o desenho da BNCC.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>> Acesso em: abr. de 2018

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. 496 p – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CARLOTO, Denis Ricardo. Debate sobre o território na educação básica em Porto Nacional – TO. **Revista Interface**, Edição nº 09, junho de 2015 – p. 69-77. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/1912/8557> Acesso em: 26 de mar. 2019.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 207-232, jan./jun., 2017 Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/494/236> Acesso em 03 de abr. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CREPALDI, Luciane. **A geografia na educação básica**: investigando a proposta curricular (2007) do estado de São Paulo. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12351> Acesso em: 23 de jun. 2018.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **Educação Geográfica, Cartografia Escolar e Pensamento Espacial no segundo segmento do ensino fundamental**. 2016. 310 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **O pensamento espacial na educação infantil**: uma relação entre geografia e cartografia. 2017. 260 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 5º Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.1, p. 48-68. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/viewFile/38216/19359> Acesso em: 23 de jun. 2018.



RISSETTE, Márcia Cristina Urze. Pensamento espacial e raciocínio geográfico: uma proposta de indicadores para a alfabetização científica na educação geográfica. 2017. 210 f. Mestrado (Dissertação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, LÍlian Maria dos. **O Currículo oficial de geografia do estado de São Paulo e os conceitos geográficos escolares.** Dissertação de Mestrado. 213 f. Programa de Pós-graduação em Educação, UNESP/Campus de Presidente Prudente Presidente Prudente, 2013.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Texto da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. GEOgrafia – Ano. 1 – Nº 1 – 1999. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360> Acesso em: 07 de fev. 2019.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** 1. Ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **Espaço e Método.** 5º ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos. O retorno do território. Em: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005-. -- ISSN 1515-3282 Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 26 de mar. 2019.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. Estud. av. vol.32 no.93 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200175 Acesso em: 03 de abr. 2019